

## Better Participation means Better Governance

HELENA CALADO



Calado, H. 2020. Better Participation means Better Governance. Ocean Governance in Archipelagic Regions. International Conference 2019, 7-10 October 2019, Horta, Azores, Portugal. *Arquipelago*. Life and Marine Sciences. Supplement 11.

*Helena Calado*<sup>1</sup> (e-mail: [helena.mg.calado@uac.pt](mailto:helena.mg.calado@uac.pt)). <sup>1</sup>MARE - Marine and Environmental Sciences Center/ Faculty of Sciences and Technology, University of the Azores, R. da Mãe de Deus, 9500-321 Ponta Delgada, Portugal.

All public policies need some level of acceptance by citizens in democratic societies. However, this is not the main driver for public participation and stakeholder involvement in Maritime Spatial Planning (MSP). The main goal of Ocean Governance is the balance of all powers at stake (Fernandes et al. 2016) as indeed all Governance systems. To achieve that balance in MSP it is important to assure equal participation and power to influence the main representatives of governmental agencies, economic sectors and civil society, acting and shaping the marine environment. Often, these actors are not organised in structures that allow their representativeness creating barriers to involvement. The main goal of the III Stakeholders Workshop of MarSP Project was to overcome these barriers, i.e, understand how the vision and aims of the different stakeholders can be integrated into the Azores MSP and ultimately to validate spatial information on area distribution of maritime uses, constraints to be addressed, and potential development for different activities. This exercise reveals the interest and concern of stakeholders of strong participation on decision-making process, with some level of knowledge on trade offs between development and conservation and provided a capacity building/ learning moment for those involved. As Bennett et al. (2020) have stated, also for the Azores case, blue growth is seen for many as beneficial for the economy, while “coastal communities risks downplaying both the uneven distribution of benefits and the potential for substantial social harms”. That must be the main reason to promote participation in the Azores MSP process, to prevent risk of social harm while supporting economical development along with marine conservation.

Key words: Maritime Spatial Planning; public participation; stakeholder involvement

## Melhor participação significa Melhor governança

Em sociedades democráticas, todas as políticas públicas precisam de algum nível de aceitação dos cidadãos. No entanto, este não é o principal fator para a participação pública e o envolvimento das partes interessadas no Ordenamento do Espaço Marítimo (OEM). O principal objetivo da Governança do Oceano é o equilíbrio de todos os poderes em jogo (Fernandes et al. 2016), como de facto em todos os sistemas de Governança. Para alcançar esse equilíbrio no OEM é importante garantir participação e poder iguais para influenciar os principais representantes de agências governamentais, setores económicos e sociedade civil, atuando e moldando ao ambiente marinho. Frequentemente esses atores não são organizados em estruturas que permitam a sua representatividade, criando barreiras ao seu envolvimento. O principal objetivo do III *Workshop* das partes interessadas no Projeto MarSP foi superar essas barreiras, compreender como a visão e os objetivos das diferentes partes interessadas podem ser integrados no OEM dos Açores e, finalmente, validar informações espaciais sobre a distribuição de áreas de usos marítimos, restrições a serem abordadas e desenvolvimento potencial para diferentes atividades. Este exercício revela o interesse e a preocupação das partes interessadas por uma forte participação no processo de tomada de decisão, com algum nível de conhecimento sobre trocas entre desenvolvimento e conservação e proporcionou um momento de capacitação/aprendizagem para os envolvidos. De acordo com Bennett et al. (2020), também para o caso dos Açores, o crescimento azul é visto por muitos como benéfico para a economia, enquanto “as comunidades costeiras correm o risco de subestimar a distribuição desigual de benefícios e o potencial de danos sociais substanciais”. Essa deve ser a principal razão para promover a participação no processo de OEM dos Açores para evitar riscos de danos sociais, apoiando o desenvolvimento económico juntamente com a conservação marinha.

Palavras chave: Ordenamento do Espaço Marítimo; participação pública; envolvimento das partes interessadas

### REFERENCES

- Bennett, N.J., J. Blythe, C. White and C. Campero 2020. Blue Growth and Blue Justice. IOF Working Paper #2020 - 02. Institute for the Oceans and Fisheries, University of British Columbia, Vancouver, Canada
- Fernandes, J., L. Trigo and E. Sposito (Eds) 2016. *Dicionário de Geografia Aplicada Terminologia da análise, do planeamento e da gestão do território*. Porto Editora. 568 pp.